

# Por que Bresser errou sobre Argentina

*Blog de Fernando Dantas*

<http://blogs.estadao.com.br/fernando-dantas/>

5 de junho de 2013 | 17h26

**Uma crítica equivocada mas bem feita a minhas ideias também pode ser um “Bom Artigo” em meu site.**

O economista Luiz Carlos Bresser-Pereira publicou na segunda-feira um importante artigo no jornal A Folha de São Paulo. Nele, o ex-ministro da Fazenda reconhece que sua aposta no sucesso do modelo argentino estava equivocada. Naturalmente, Bresser não está revendo seus conceitos. Como é comum nesses casos, ele disse que a Argentina acertou inicialmente, na saída da grande crise da desvalorização e calote em 2000 e 2001, mas que erros posteriores puseram a perder uma boa oportunidade de trilhar o caminho do “desenvolvimentismo competente”.

A importância do reconhecimento público, por Bresser, de que o modelo argentino está a “caminho do fracasso” (título do artigo) é que o economista da FGV-SP é dos poucos hoje que defende abertamente a heterodoxia econômica. O governo nem de longe pratica a radicalidade das propostas de Bresser, mas percebe-se na política econômica tentada por Dilma no início do seu mandato – que viria a ser conhecida como ‘nova matriz econômica’ – elementos muito atenuados da visão de mundo do ex-ministro da Fazenda.

Assim, vale a pena examinar, pela ótica de um simpatizante, as razões do aparente fracasso da versão *hardcore* da nova matriz econômica posta em prática na Argentina.

Bresser distingue três modelos relevantes para se entender a experiência latino-americana: liberalismo com populismo cambial; desenvolvimentismo competente; e populismo fiscal e cambial (uma espécie de degeneração do desenvolvimentismo competente).

O liberalismo, contra o qual Bresser mais gastou tinta nos anos recentes, comete o pecado, para ele, de permitir déficits em conta corrente crônicos. O economista não engole a história do uso saudável da poupança externa. Para ele, os emergentes têm de financiar todo o seu investimento com poupança doméstica, e a taxa de câmbio real tem de ser colocada numa posição que permita aquela pré-condição do desenvolvimento.

Outro pré-requisito da taxa de câmbio real do “desenvolvimentismo competente”, que é satisfeito em níveis até mais depreciados do que aquele que zera a conta corrente, é o de permitir que a indústria nacional tenha condição de competição internacional com o estado da arte dos setores mais avançados tecnologicamente no mundo.

Assim, para Bresser, o desenvolvimentismo competente é aquele que cria essas condições em termos de conta corrente e competitividade industrial. Crítico da doença holandesa, a sobrevalorização cambial que afeta países exportadores de matérias-primas, o economista louva no seu artigo de hoje as “retenções”, o imposto sobre exportação de commodities implantado pelo governo Kirchner.

Para o ex-ministro da Fazenda, o governo argentino, pós-crise de 2000/2001, combinou a política cambial certa (para a qual as retenções foram essenciais), fez uma política fiscal austera e reestruturou a dívida externa com “coragem e firmeza”.

As coisas desandaram quando, na metade final da década passada, com a economia aquecida, o governo argentino não apertou a política fiscal e monetária, preferindo segurar o câmbio para controlar a inflação. A combinação de inflação muito alta e câmbio nominal contido levou a uma valorização real de 41% entre 2007 e 2012, provocando a volta do déficit em conta corrente.

O desenvolvimentismo competente, portanto, descambou para o populismo fiscal (o Estado gasta irresponsavelmente, e destrói as virtudes do modelo) e cambial (o país todo gasta demais por causa do câmbio valorizado).

### **Lacuna no argumento**

O grande problema do argumento de Bresser é o de não levar em conta as correias de transmissão históricas que fazem com que, invariavelmente, o que começa na América Latina como um “desenvolvimentismo competente” descambe para o “populismo fiscal e cambial”.

Quando o economista Alfonso Prat Gay deixou o Banco Central da Argentina em setembro de 2004, o país já tinha demonstrado ao mundo que as previsões aterrorizantes sobre as consequências da desvalorização e calote não tinham ocorrido. Não houve hiperinflação, a economia voltou a crescer, e Prat Gay tinha como projeto inicial a implantação de um regime de metas de inflação que normalizasse a economia argentina nos moldes moderadamente ortodoxos de diversos outros países da região, incluindo o Brasil.

A virada kirchnerista da política econômica, porém, já estava em curso. O câmbio foi colocado onde Bresser gostaria de vê-lo e, naturalmente, naquele momento, em que o navio mal tinha saído do furacão, ainda prevalecia certo rigor fiscal.

Mas já estava claro que a nova política não seria um ajuste do tipo asiático – isto é, combinar a política de câmbio desvalorizado com uma política macroeconômica conservadora, um direcionamento da produção industrial ao mercado externo e uma atitude estoica de busca de mais poupança, melhor educação e trabalho mais árduo.

Pelo contrário, o que se via era uma reação populista contra “a longa noite liberal” dos anos 90, que, na mentalidade da parte mais atrasada da esquerda latino-americana, fôra responsável por todos os problemas argentinos.

Assim, de cambulhada, a nova política econômica argentina buscava desmontar os fundamentos da política econômica dos anos 90 tanto no que ela tinha de efetivamente liberal, como privatizações e abertura comercial, como naqueles estritamente ligados à responsabilidade macro e microeconômica – gestão competente na área fiscal, respeito aos contratos, melhora do ambiente de negócios, etc.

É surpreendente que Bresser não tenha percebido que, junto com a água da ortodoxia liberal que estimula déficits em conta corrente, a Argentina estava jogando fora o bebê das crenças básicas – e hoje consensualmente compartilhadas – sobre quais devem ser as condições mínimas em termos institucionais e de estabilidade macroeconômica para que haja desenvolvimento sustentável.

Se houvesse alguma dúvida quanto a isso, a falsificação sistemática e descarada dos índices de inflação já seria um sinal mais do que suficiente de que “desenvolvimentismo competente” não poderia descrever de forma alguma o que ocorria na Argentina a partir de meados da década passada.

A grande pena de tudo isso é que Bresser até pode ter uma parcela de razão quando critica o liberalismo despreocupado com os déficits em conta corrente e com a saúde da indústria. Hoje, são os próprios economistas liberais que organizam livros sobre a desindustrialização. Este colunista já ouviu de um deles que, se fosse para proteger a indústria, talvez algum tipo de imposto sobre a exportação de commodities fosse, de fato, dos males o menor.

Esses temas, claro, são terrivelmente polêmicos. O colunista, pessoalmente, é muito desconfiado da possibilidade de que o “desenvolvimentismo competente” funcione na América Latina, e considera que países de baixa poupança têm de aprender a conviver com um nível moderado de déficit em conta corrente.

Ainda assim, as posições de Bresser, por extremadas que sejam, estimulam um debate imprescindível na América Latina de hoje. Em recente visita ao Brasil, o economista Andrés Velasco, ex-ministro da

Fazenda e candidato à presidência do Chile, revelou como se tornou muito menos liberal quando saiu da academia para a política econômica efetiva. Velasques se preocupa muito com a diversificação das economias exportadoras de commodities da região, o que é uma temática próxima dos temores de Bresser.

O problema, porém, é que a aposta evidentemente errada no potencial do kirchnerismo enfraquece a posição de desenvolvimentistas como Bresser. Ao ignorarem a questão do populismo político, e o fato de que é muito mais fácil manipular as políticas monetária e cambial do que a fiscal, os críticos do liberalismo dão um tiro no próprio pé.

*Esta coluna foi publicada anteriormente na AE-News/BROADCAST*